

A INTEGRAÇÃO DA CULTURA ESCRITA NAS PRÁTICAS ALFABETIZADORAS DE MULHERES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Mariana Alves Sarmiento – UFES
marianasarmiento1317@gmail.com

Introdução

Pensada como força motriz para a constituição dessa pesquisa, a iniciativa de acompanhar as práticas de alfabetização escolar – focalizando as estratégias de integração utilizadas para conceber a escrita como uma prática social – se faz necessária para que entendamos as especificidades dos sujeitos que a compõem e/ou que nelas estejam implicados.

Ao conceber a educação como um direito público subjetivo, a LDB 9.394/96 explicita no artigo 37 que “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida”. Nesta perspectiva, podemos compreender que, os sujeitos que compõem a Educação de Jovens e Adultos (EJA) são, em sua maioria, pessoas que tiveram o seu direito à educação negado por grande parte de suas vidas e para quem essa modalidade se apresenta como uma nova oportunidade de (re)ingressar no Ensino Básico.

Se por um lado, a criação da modalidade em questão evidenciou um processo de exclusão, pelo qual passaram esses educandos (as), por outro, tal processo se atenua ainda mais na vivência das educandas mulheres e sobretudo em face ao papel socialmente atribuído a elas na sociedade brasileira. Quanto a essas relações de poder constituídas entre gêneros, Oliveira, Scopel e Ferreira (2019) ressaltam que, elas são criadas socialmente e por uma mentalidade patriarcal que tenta definir qual é o local que as mulheres devem ocupar e/ou quais são as tarefas elas podem realizar.

Diante deste recorte, temos como objeto de estudo a alfabetização de mulheres na EJA; levando em consideração que elas estão inseridas em uma cultura escrita, entendida por Frade e Galvão (2016, p. 300) “como o lugar simbólico e material que o escrito ocupa em determinados grupos sociais” e que já fazem uso da língua nos diversos espaços que ocupam na sociedade (igrejas, casas, praças, trabalho, etc.). Nesse

sentido, é essencial para o processo de alfabetização de adultos e idosos compreender as experiências vividas por esses sujeitos, bem como sua realidade e a cultura em que estão inseridos; partindo desses conhecimentos para potencializar novas aprendizagens. Ao reconhecermos a importância desses saberes produzidos socialmente por eles, afirmamos que "o desenvolvimento não é um processo inato e universal determinado pela maturação e pelo acesso à escolarização, mas decorre da aprendizagem mediada pela interação do indivíduo com seu contexto social" (DURANTE, 1998, p. 19).

A partir desta conjuntura, temos como objetivo geral: acompanhar os movimentos das práticas e usos sociais da cultura escrita, assim como as estratégias de integração dos saberes na alfabetização de mulheres adultas e idosas na EJA, ademais em uma perspectiva de formação humana integral e de aprendizagens em contextos formais e não formais. Também observamos as práticas de alfabetização em salas de aula da EMEF EJA, com olhar específico e centrado no contexto escolar e/ou para os eventos do cotidiano, a partir dos quais as mulheres venham a evidenciar usos não escolares da leitura e da escrita.

Dito isso, temos como proposta, entender a importância da integração dos saberes adquiridos pelas estudantes em seus contextos sociais com as práticas curriculares mediatizadas e/ou desenvolvidas em sala de aula, investigando assim, como os usos da cultura escrita podem ser articulados para auxiliarem no processo de alfabetização destes sujeitos.

Metodologia

Partindo da perspectiva da educação popular, que de acordo com Freire (2005, p. 119) entende que "a investigação do pensar do povo não pode ser feita sem o povo, mas com ele, como sujeito do seu pensar", o presente estudo se constitui enquanto uma pesquisa de campo e tem como locus uma turma de primeiro segmento, que é composta predominantemente por mulheres idosas da EMEF EJA Admardo Serafim de Oliveira, localizada no Núcleo de Integração Social para Pessoas Idosas (Nispi), em Santo Antônio – Vitória (ES). Utilizamos como instrumento metodológico a observação participante, realizada periodicamente (cerca de duas vezes por semana) e por meio da qual realizou-se o acompanhamento e o registro das atividades desenvolvidas pela turma em questão. O que nos permitiu também, por outro lado, criar laços de

pertencimento junto ao grupo de mulheres mencionado e principalmente, através da participação ativa nas tarefas e discussões propostas. Como suporte de apoio para o desenvolvimento dessa pesquisa utilizamos o diário de campo para auxiliar no registro dos processos dialógicos de ensino e aprendizagem e/ou para suscitar indagações e apontamos que emergiram no decorrer da pesquisa.

Resultados e Discussões

Quando tratamos da escolarização de mulheres, é imprescindível compreendermos o delineamento do espaço socialmente permitido e ocupado por elas na educação brasileira, que conforme apresenta Oliveira, Scopel e Ferreira (2019), é marcado pela reprodução do machismo, que dedica a este grupo aprendizagens quase sempre consideradas “atividades “inerentes a sua condição”” (p. 178), como os cuidados familiares e do lar. Ao mesmo tempo, podemos perceber como essas questões atravessam os relatos das vivências de muitas das mulheres acompanhadas e ouvidas durante nossa pesquisa; que descrevem suas infâncias e os motivos pelos quais precisaram abandonar a instituição escolar ou em alguns casos não iniciar os estudos. Assim, muitas alunas justificam essa evasão com a necessidade de começar a trabalhar ou ajudar a família em casa, cuidando dos irmãos e preparando refeições.

É nesse cenário que Oliveira, Scopel e Ferreira (2019) reiteram a importância da escola para a superação dos preconceitos e dificuldades vividas pelas mulheres, em especial as compõem a EJA e que carregam desde cedo as marcas da exclusão escolar. Conforme as autoras, “a escola, enquanto instituição, foi preponderante para o segmento feminino superar as barreiras impostas pelas determinações sociais das relações de gênero a que secularmente vem sendo submetido” (p. 184).

No que tange a Educação de Jovens e Adultos, é necessário compreendermos que o desenvolvimento não se dá apenas na adolescência, mas é um processo inerente à existência humana. Conforme Durante (1998, p. 19), “sendo a idade adulta passível de mudanças e processos de adaptações, não podemos entendê-la como fase estável nem classificar os adultos pouco escolarizados dentro de níveis estáveis e fechados de desenvolvimento psicológico”.

Adultos e idosos apresentam uma série de conhecimentos conquistados em sua trajetória de vida por meio de interações sociais, culturais e históricas em que as

aprendizagens ocorrem e o desenvolvimento é estimulado, mesmo sem escolarização. Com base nessa afirmação a autora supracitada expõe que esse público possui maior compreensão das funções sociais da língua, facilitando a decodificação do texto.

De acordo com Durante (1998, p. 2), “é a partir dessa qualidade de interação que se devem orientar as práticas pedagógicas, sobretudo com adultos não alfabetizados ou pouco escolarizados, considerando que estes têm potencial para aprender e se desenvolver cognitivamente. Entretanto, foi possível identificar no cotidiano da sala de aula algumas práticas tradicionais que apresentam a escrita desvinculada de sua função social, em atividades que não exercitavam a análise crítica das estudantes em relação aos usos da escrita e não visavam a compreensão de que elas já a utilizam, como por exemplo exercícios com questões objetivas ou com respostas de “verdadeiro” ou “falso”, que não avançavam nos debates sobre as temáticas apresentadas.

Ainda sobre o processo de alfabetização, o hábito de se produzir textos escritos é muitas vezes deixado de lado e substituído pela cópia de materiais escritos no quadro que resulta apenas no treinamento da escrita dos signos, mas não contribui para o domínio do código por parte das estudantes. Segundo Oliveira (1988), uma característica comum encontrada em adultos e idosos é a necessidade de seguir o padrão de escrita e de texto que são apresentados a eles, ocorrendo assim uma limitação da potencialidade criativa na produção de textos.

Também é possível notar o papel que o erro desempenha na alfabetização de jovens e adultos, pois diferentemente das crianças, esses sujeitos possuem receio em errar, o que tem como consequência a restrição de suas produções. De acordo com Oliveira (1988, p. 168), "o alfabetizando pauta a sua escrita por um modelo dado, o da língua padrão. Escrever para ele é produzir a escrita convencional acabada, já nos primeiros textos". Neste cenário a atuação ativa do docente como mediador deste processo é fundamental para reconhecer e celebrar cada passo da discente em sua trajetória para alcançar a aquisição da língua escrita.

Conclusão

Diante do exposto, evidencia-se o movimento dialético entre teoria e prática em relação ao processo de alfabetização das mulheres na EJA. O acompanhamento em campo abriu possibilidades de análises no que diz respeito a contribuição das vivências

e experiências dos adultos e idosos para o processo de aprendizagem, assim como a literatura utilizada expressa seus apontamentos sobre os usos sociais da língua e a inserção das mulheres em uma cultura escrita, mesmo que não escolarizadas.

Se faz essencial que as atividades desenvolvidas em sala de aula reconheçam as especificidades dos sujeitos com quem se está atuando, bem como sua realidade social, seus interesses e demandas, tornando significativo o trabalho educacional para as estudantes. É partindo da realidade conhecida e auxiliando as mulheres a se entenderem como participantes ativas da escrita nos diversos espaços em que ocupam, que encontramos possibilidades de se praticar uma alfabetização crítica e política.

É com essa necessidade de se conhecer o alfabetizando que o recorte de gênero realizado nessa pesquisa, focando as análises nas mulheres, se impõe como fundamental. Marcadas por trajetórias de negação do direito a escolarização e de supressão de seus desejos e sonhos por parte da família e da sociedade patriarcal, muitas mulheres encontram na EJA um espaço de auxílio para superação dessas desigualdades. É nesta perspectiva que o cotidiano desta modalidade precisa se organizar para lidar com a realidade imposta e oferecer subsídios para que ela seja transformada.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9.394, 20 de dezembro de 1996.

DURANTE, Marta. **Alfabetização de Adultos: Leitura e Produção de Textos**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Instrumentos e suportes de escrita no processo de escolarização: entre os usos prescritos e os não convencionais (Minas Gerais, primeira metade do século XX). **Revista Brasileira de História da Educação**, [s.l.], v. 16, n. 1, p.298-334, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

OLIVEIRA, Edna Castro de. **A Escrita de Adultos e Adolescentes: Processo de Aquisição e Leitura de Mundo**. 1988. 276 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1988.

OLIVEIRA, Edna Castro de; SCOPEL, Edna Graça; FERREIRA, Maria José de Resende. Estudos feministas, EJA e educação profissional: interlocuções acerca da inserção feminina na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. In: PAIVA, Jane. **Aprendizados ao longo da vida: sujeitos, e processos educativos**. Rio de Janeiro: Faperj, 2019. p. 1-228.